



Rio de Janeiro  
2021

**SEMINÁRIO  
INTERNACIONAL DO GRUPO  
DE PESQUISA ESTUDOS  
AMERÍNDIOS E FRONTEIRAS  
GEAF – CNPq**

**AS MULHERES NA CIÊNCIA**

Anais Eletrônicos



# COMISSÃO ORGANIZADORA

## Coordenação Geral

Danielle Bastos Lopes e Maria Carolina Neves Lopes  
Aryana Maria Colombo de Souza  
Gabriel de Carvalho Gomes  
Juliana Minervino da Costa  
Juliana Rios Luiz

## Conferencistas

Dra. Amanda Motta Castro  
Ms. Catarina Moreira  
Dr. José Ribamar Bessa Freire  
Dra. Maria Cecilia Zsögön  
Lizza Dias  
Ms. Marta Ferreira  
Dra. Talita Vidal Pereira

## Comissão Científica

Dra. Amanda Motta Castro - FURG  
Dra. Bárbara Balzana Mendes Pires - UERJ  
Dra. Christiane de Faria Pereira Arcuri - UERJ  
Dra. Cláudia Maria Felício Ferreira Tomé - UERN  
Dra. Danielle Bastos Lopes - UERJ  
Dra. Jonê Carla Baião - UERJ  
Dr. José Ribamar Bessa Freire - UNIRIO  
Dr. Leonardo Ferreira Peixoto - UEA  
Dr. Leonardo Freire Marino - UERJ  
Dra. Maria Cecilia Zsögön - UBA  
Dra. Patrícia Ferreira de Souza Lima - CEFET  
Dra. Talita Vidal Pereira - UERJ  
Dr. William Goes Ribeiro - UFF

**Editoração:** Tekoá Edições

**Diagramação:** Larissa Luz dos Santos

**Direito de Imagem:** vector\_corp.com - freepik.com

<https://doi.org/10.29327/139434>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

S474c

Seminário Internacional do Grupo de Pesquisa  
Estudos Ameríndios e Fronteiras GEAF-CNPq (2021 :  
Rio de Janeiro, RJ). Anais [recurso eletrônico] / Mulheres na  
Ciência, 07 de maio a 15 de junho de 2021. – Rio de Janeiro: UERJ,  
2021.

ISBN 978-65-00-21067-5

1. Educação – Seminários. 2. Ciência - Seminários. 3.  
Gênero. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Grupo  
de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras. II. Título.

CDD: 371.35

APOIO



Fanpage @educacaodescolonizadora / Instagram @educacaodescolonizadora



Apoio



## SUMÁRIO

### **APRESENTAÇÃO.....7**

Referências.....9

### **GÊNERO E EDUCAÇÃO .....12**

Referências ..... 14

### **CANDOMBLÉ E EDUCAÇÃO.....16**

O candomblé e a luta antirracista ..... 17

Referências..... 19

### **CURRÍCULO E DESCONSTRUÇÃO**

#### **MULTICULTURALISTA.....21**

Mulheres na Ciência: currículo e desconstrução  
multiculturalista ..... 22

Referências..... 25

|   |           |
|---|-----------|
| <b>JONGO E EDUCAÇÃO .....</b>                               | <b>27</b> |
| Mulheres na Ciência: jongo e educação.....                  | 28        |
| Referências.....  | 29        |
| <br>  |           |
| <b>LÉLIA GONZALEZ E O FEMINISMO.....</b>                    | <b>32</b> |
| Educação Descolonizadora está ao vivo.....                  | 33        |
| Lélia e o Feminismo.....                                    | 34        |
| Referências.....  | 36        |
| <br>  |           |
| <b>MEMÓRIAS DE UM PROFESSOR E MUNDOS<br/>INDÍGENAS.....</b> | <b>38</b> |
| O Porantim .....  | 40        |
| A fundação do PT Amazonas .....                             | 41        |
| Referências.....  | 43        |
| <br>  |           |
| <b>INFANCIA Y TRABAJO INFANTIL.....</b>                     | <b>46</b> |
| Referências.....  | 48        |
| <br>  |           |
| <b>COMISSÃO ORGANIZADORA .....</b>                          | <b>50</b> |



## APRESENTAÇÃO

O Seminário do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF – CNPq) em associação com o projeto Educação Descolonizadora reúne as últimas pesquisas e temas em uma apresentação em tempos de crise, morte e luto, embora também, em período de re-narração da vida científica (DAS, 2015). Com membros de especialidades e formações variadas, convidamos pesquisadores e notórios saberes dos objetos investigativos do projeto sob a luz do tema – As Mulheres na Ciência. Explorar a proeminência da mulher na discussão científica é um desafio ao longo da agência do tempo, colocado às teorias de gênero, mercado, ritualizações míticas e outros campos que se apropriam do significante mulher.

O grupo estuda os agenciamentos indígenas e as teorias de fronteiras. Como campo de aproximação teórica converge leituras do campo do currículo com ênfase na discussão sobre poder, subjetivação e diferença (MACEDO, 2013, 2017) com estudos pós-coloniais indígenas, africanos, palestinos, curdos, muitos com material voltado para a educação básica (BENITES, 2012; CUSICANQUI, 2015; KOPENAWA; ALBERT, 2010), assim como os autores pós-coloniais que teorizam

práticas de exílio e migração em comunidades subalternas (APPADURAI, 2013; BHABHA, 1994; CHAKRABARTY, 1992, 2012; DAS, 2011, 2015).

Incorremos o tema – As Mulheres na Ciência – nesse contexto, por meio dos seguintes interlocutores: **Gênero e Educação**, estudado pela travesti e doutoranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Catarina Moreira. Na conferência, a autora narra suas experiências de vida e obra incluindo pesquisas em currículo, sexualidade e desconstrução de gênero a partir de identidades dissidentes.

Em seguida, Marta Ferreira, *iaquéqueré* (mãe pequena) de um tradicional terreiro carioca, discute o objeto **Candomblé e Educação** estudando os elementos cosmogônicos dos cadernos de terreiro e o feminino-masculino dos orixás a partir do sagrado candomblecista.

**Currículo e Educação**, trazido pela pesquisadora Talita Vidal desenvolve a temática pós-estrutural do currículo na desconstrução multicultural sobre a ideia do sujeito, sociedade e cultura.

**Jongo e Educação** é a quarta mesa do Seminário. Aryana Colombo, ritmista e pesquisadora, entrevista a musicista Lizza Dias, educadora popular e criadora do grupo Caboclinhas, que articula oficinas quilombolas sobre jongo e cultura em diferentes regiões do Brasil e da Argentina.

Pensar nesses aspectos em contexto de vulnerabilidade e disrupção social ressalta as distintas implicações do feminismo nas ciências. Com a mesa **Feminismo e Educação**, Amanda Motta Castro debate as agendas feministas latinas e caribenhas

em uma discussão sobre feminismo, o movimento #niunamenos, radicado na Argentina, entre outras apropriações das organizações nas últimas décadas.

Outra agenda concentra-se nas temáticas indígenas. José Bessa, pesquisador da **Educação Indígena**, observa os últimos acontecimentos do governo Bolsonaro ocorrido atualmente, além de narrar ao leitor suas memórias na política indigenista e vida universitária. Ressalta a atuação das atividades indígenas no Sudeste brasileiro e as conseqüentes implicações no contexto pandêmico.

Sob a perspectiva **Infância e Trabalho Infantil**, Cecilia Zsögön, da Universidad de Buenos Aires (UBA), analisa as condições em que vivem crianças forçadas ao trabalho infantil em situação de vulnerabilidade e pobreza extrema nas fronteiras da Argentina, Brasil e Paraguai. A autora traduz a concepção de infância e trabalho a partir do perspectivismo pós-colonial.

**Danielle Bastos Lopes**

*Coordenadora do GEAF – CNPq*

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. **The future as a cultural fact: essays on the global condition**. London: Verso, 2013.

BHABHA, H. K. **The location of culture**. London/New York: Routledge, 1994.

BENITES, T. **A escola na ótica dos Avá Kaiowá: impactos e interpretações indígenas.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

CHAKRABARTY, D. From civilization to globalization: The ‘West’ as a shifting signifier in Indian modernity. **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 13, n.1, p. 138-152, 2012.

CHAKRABARTY, D. Postcoloniality and the a Artifice of History: ¿who speaks for “Indian” pasts? **Representations**, n. 37, p. 1- 26, 1992.

CUSICANQUI, S. R. **Un mundo ch’ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

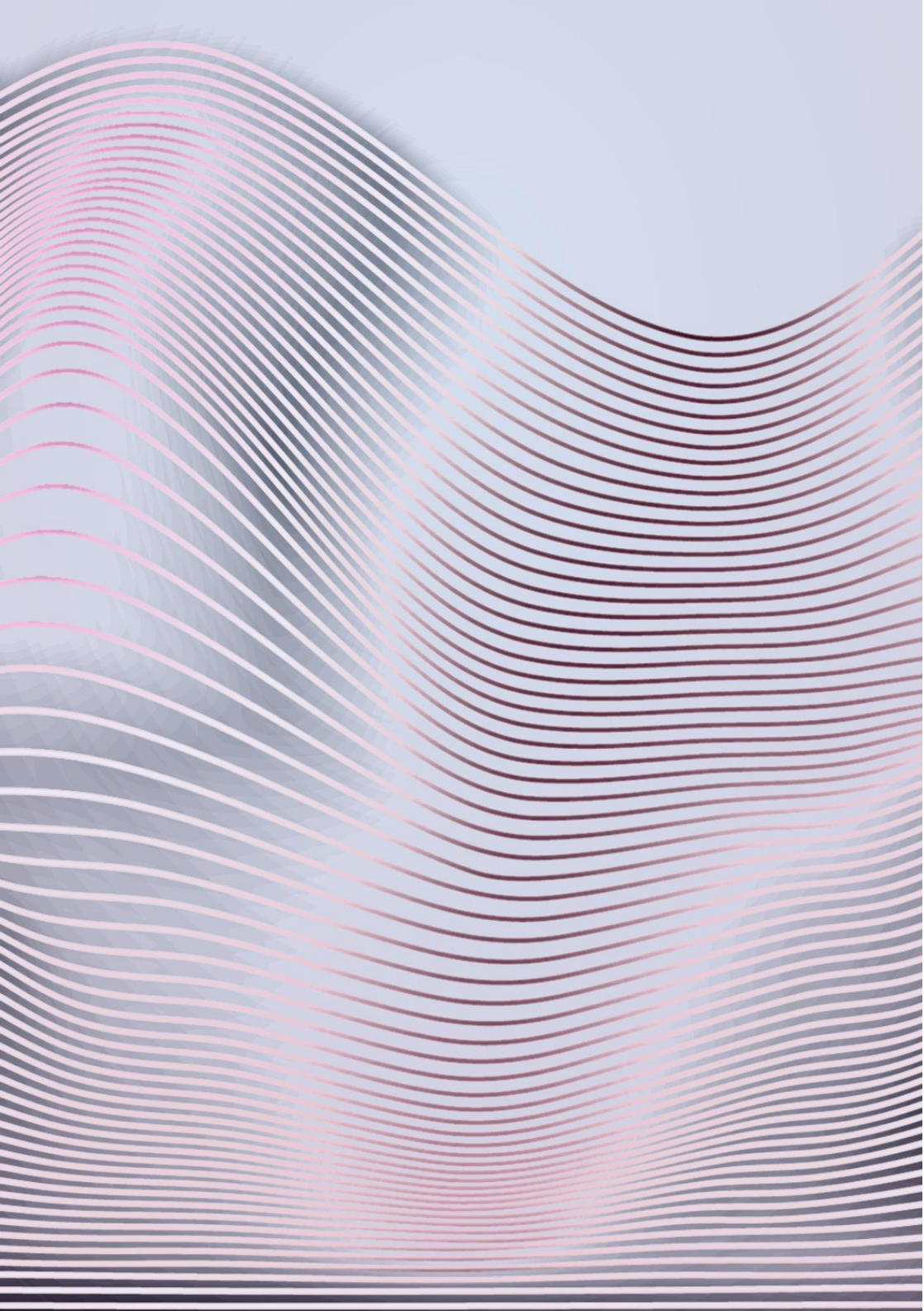
DAS, V. **Affliction: health, disease, poverty.** New York: Fordham University Press, 2015.

DAS, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, v. 37, p. 9-41, 2011.

KOPENAWA, D ; ALBERT, B. **La chute du ciel paroles d’un chaman Yanomami.** Paris: Paris Plon, 2010.

MACEDO, E. Equity and difference in centralized policy. **Journal of Curriculum Studies (Print)**, v. 45, n.1, p. 28-38, 2013.

MACEDO, E. Mas a escola não tem que ensinar? Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n.3, p. 539-554, 2017.



## GÊNERO E EDUCAÇÃO

Gabriel de Carvalho Gomes/ FEBF - UERJ <sup>1</sup>  
Catarina de Cássia Moreira/ UFRJ <sup>2</sup>

Com o objetivo de potencializar a disseminação de discussões importantes para o campo da Educação, o Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF – CNPq) preparou um seminário inteiramente on-line, intitulado, “Mulheres na Ciência”, contando com um ciclo de sete conferências. Este relato diz respeito à primeira delas, ocorrida em 07 de abril de 2021 que teve como tema “Gênero e Educação” e como convidada para discorrer sobre a temática, Catarina Moreira, doutoranda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), travesti, pedagoga pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e mestre em educação pela UFRJ.

É iniciada a palestra com a apresentação de Catarina, e ao se apresentar, a entrevistada já inicia a resposta às perguntas que foram previamente enviadas. À primeira pergunta, “O que são identidades dissidentes?”, ela responde que entende por

---

1 Graduando de Pedagogia pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, campus da UERJ em Duque de Caxias. Pesquisador do projeto Educação Descolonizadora e do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq).

2 Doutoranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pedagoga pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

esse termo uma amplitude de identidades que podem se entender como dissidentes. Ainda justifica, relatando que já foi questionada pelo uso do termo, mas que inspirada por Butler (2004) fez uso dele no sentido de inversão de estigmas.

Em resposta à segunda pergunta, “Como a escola é ou pode ser uma experiência negativa ou excludente para as identidades dissidentes?”, Catarina afirma que quando temos um sistema que espera que os corpos com pênis sejam homens e se relacionem com mulheres, e os que nascem com vulva sejam mulheres que se relacionam com homens, os corpos e personalidades que dissidem dessa ideia vão sofrer sanções que vão desde a precarização da vida, até o acesso a direitos básicos.

Com a escola não é diferente. Ela enclausura personalidades e foi, por muito tempo, um instrumento de exclusão das pessoas que dissidem do sistema e que hoje ainda temos iniciativas que tentam apagar essas existências e se negam a discutir, porque se negam a reconhecer essas pessoas e não querem que estas ocupem os mesmos espaços.

Com fluidez, Catarina já responde à terceira pergunta: “Qual a emergência de se pensar gênero e sexualidade na educação e o que de fato seria trabalhar essas temáticas em sala de aula?” e questiona se realmente é necessário introduzir essas temáticas no currículo, Projeto Político Pedagógico (PPP) e outros documentos e chama a atenção para o exercício de pensar estas agendas em uma pedagogia menor. Soba influência de Popkewitz (2009) traz a reflexão acerca de quais teses culturais queremos fixar ao levar esses debates, pois deve haver um cuidado em não cristalizar ideias de como as pessoas devem ser. Chama a atenção

destacando que devemos encarar as temáticas de gênero e sexualidade a partir da discriminação. Considerando a diferença por Deleuze, Catarina cita que “A diferença nunca é diferença entre dois indivíduos. Contra a diferença entre coisas ou entes determinados. O relevante para a diferença é a singularidade, o fluir de forças, a transgressão.” (PARAÍSO, 2010, p.9). A entrevistada ainda discorre em torno da relação distante que traz o conceito de diferença com a diferença identitária, pontuando que levando em consideração o nosso sistema, precisamos “tocar” no entendimento identitário para negociação de direitos e equiparar a participação dos sujeitos marginalizados na sociedade.

Por fim, Catarina conta que já estudou sobre narrativas de pessoas trans no ensino superior, estudou a questão do nome social no mestrado e atualmente, no doutorado se debruça em sua pesquisa para os efeitos e sentidos dos currículos de ciências e de biologia no desenvolvimento dos sujeitos dissidentes.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

PARAÍSO, M. Diferença no currículo. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, p. 587-604, 2010.

POPKEWITZ, T. S. Curriculum Study, Curriculum History, and Curriculum Theory: The Reason of Reason. **Journal of Curriculum Studies**, v. 41, n. 3, p. 301-319, 2009.





## CANDOMBLÉ E EDUCAÇÃO

Juliana Rios Luiz /UERJ <sup>3</sup>  
Marta Ferreira / UNICAMP <sup>4</sup>

O presente trabalho é oriundo de pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF – CNPq) que abrange estudos ameríndios e teorias de fronteiras que convergem para o campo do currículo e se articulam com os conceitos de subjetivação e diferença em uma perspectiva educacional pós-colonialista. A experiência aqui apresentada é parte do Seminário Internacional do Grupo GEAF “Mulheres na Ciência”, que foi realizado virtualmente por meio do projeto Educação Descolonizadora.

Na segunda conferência do evento foi abordado o tópico Candomblé e Educação, que convidou a pesquisadora Marta Ferreira, pedagoga, historiadora, doutoranda em Educação pela

---

3 Ti - Yemanjá no Candomblé. Pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB). Pesquisadora do projeto Educação Descolonizadora e do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq).

4 Ti Oxum - Iakékére no Candomblé. Historiadora e Pedagoga. Mestre em Educação no Programa de Pós - Graduação em Educação (PROPED-UERJ) e Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Unicamp, candomblecista e *Íyákekerê*<sup>5</sup> de um terreiro no município de Duque de Caxias–RJ e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Desde a etapa de mestrado, a pesquisadora se debruça sobre manuscritos contendo histórias de *òrişá*, denominadas *itàn* e propõe uma investigação etnográfica religiosa em torno dos cadernos de crianças e jovens do terreiro, na busca de uma filosofia afrodiaspórica (FERREIRA, 2018).

Ao abordar a historicidade religiosa oriunda de povos africanos, cujas marcas ancestrais revelam percepções culturais não hegemônicas e distantes de posições eurocêtricas e ocidentalizadas, buscamos refletir acerca de práticas educativas diferenciadas e descolonizantes, produzidas no cotidiano ritualístico dos terreiros.

## O candomblé e a luta antirracista

A partir das pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa “A Cor da Baixada”, Marta Ferreira se posiciona junto a lideranças de terreiros, composta por acadêmicos e moradores da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro e considera as manifestações de intolerância religiosa contra terreiros como práticas de racismo religioso, tendo em vista a origem da religiosidade vinculada aos escravizados. Ações discriminatórias contra crianças iniciadas também têm seus des-

---

5 De acordo com Portugal (1985), a palavra de origem iorubá é formada pelo prefixo *Íyá* (Mãe) e *Kekerê* (pequeno), sendo traduzida como Mãe-pequena. É um cargo sacerdotal que tem como função oferecer apoio à *Íyálorixá* ou *Babalorixá* para a manutenção das funções espirituais de um terreiro de Candomblé.

dobramentos observados no ambiente escolar, de modo que, após o período de reclusão iniciática e com o retorno à sala de aula, professores e pais de alunos manifestam estranhamentos e preconceitos.

Nesse sentido, o posicionamento das lideranças do *candomblé* e até mesmo o de crianças e jovens tem sido o mesmo de muitos séculos: resistência e embates. Alguns terreiros têm realizado o movimento de abrir as portas não apenas para as festas religiosas, mas para a oferta de palestras, encontros culturais e eventos de luta antirracista, para que a sociedade conheça o que realmente é o *candomblé*.

Do ponto de vista pedagógico, os saberes forjados pelos *itâns* são capazes de sular as práticas educativas e forjar conhecimentos para além da lógica ocidental. No entanto, embora a história e a cultura africana e ameríndia sejam uma orientação curricular, com respaldo em uma legislação específica, livros de contos e *itâns* de orixás são pouco utilizados por conta de uma hegemonia cristã que fortalece a propagação de uma só narrativa válida, invisibilizando e silenciando tantas outras narrativas (FERREIRA, 2019; MAAT, 2018).

Na conclusão da conferência, o conceito de oxunismo, que se refere ao sagrado feminino, proveniente de Oxum (*Orisá iabá/mulher*), de acordo com Rocha (2018), parte do entendimento de que a humanidade foi gerada no útero sagrado de uma ancestral e por meio da força de *iyá* que pulsa em todos nós, é possível construir uma existência mais comunitária e desconstruir as visões coloniais generificadas, de forma cada vez mais transcendente aos muros dos terreiros.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, M. Filosofia e Educação Afrodiaspóricas: ancestralidades, produção de saberes e educação nos Terreiros. **IX Colóquio Internacional de Filosofia e Educação**. Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA M.; MENDES, J. R. Saberes Afro diaspóricos – SULEar olhares, trançar sentidos. **Revista SULEar**, v. 2, n. 2, p. 1-7, 2019.

MAAT, L. R. do N. Ancestralidade como fonte de epistemologia. In: FEIJÓ, G. V.; MELO, P. B de. (orgs). Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça - SERNEGRA: **VII Semana de reflexões sobre negritude, gênero e raça**: Caderno de Resumos – Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2018. pp.195.

PORTUGAL, F. **Yorubá**: a língua dos orisá. Rio de Janeiro: Pallas, 1985.

ROCHA, A. M. da. What gender is motherhood? o pensamento oxunista em questão. In: FEIJÓ, G. V.; MELO, P. B. de. (orgs). **Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça - SERNEGRA**: VII semana de reflexões sobre negritude, gênero e raça.



## CURRÍCULO E DESCONSTRUÇÃO MULTICULTURALISTA

Maria Carolina Neves Lopes/CAP-UFRJ e UERJ <sup>6</sup>

Talita Pereira Vidal/UERJ <sup>7</sup>

**E**ste é um relato de experiência da transmissão ao vivo nas redes sociais do projeto de extensão Educação Descolonizadora, do tema “Currículo e desconstrução multiculturalista” no Seminário Internacional do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF - CNPq). A temática do Seminário explorou a discussão sobre as Mulheres na Ciência e teve a participação de pesquisadores que atuam na área da Educação, que contribuíram na desconstrução de discursos hegemônicos sobre o que vem a ser Ciência no século XXI.

A terceira transmissão ao vivo do Seminário se debruçou sobre as possibilidades de um currículo pós-estrutural e de uma abordagem multicultural no processo de desconstrução da ideia de sujeito, sociedade e cultura. A pesquisadora convidada, Talita Vidal, é docente da UERJ, atua no âmbito dos programas de

---

<sup>6</sup> Professora no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP-UFRJ). Mestre em Educação (PPGECC-FEBF) e pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É Pesquisadora do projeto Educação Descolonizadora e do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq).

<sup>7</sup> Docente adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua nos programas de Pós-Graduação em Educação (PROPED – UERJ) e de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação (PPGECC – FEBF).

Pós-Graduação em Educação (PROPED – UERJ) e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação (PPGECC – FEBF). Tem produção acadêmica orientada por uma perspectiva pós-estrutural e desenvolve temas que se estabelecem entre conhecimento, currículo, avaliação e suas implicações para a organização e funcionamento dos processos de escolarização.

A debatedora, Maria Carolina, é pesquisadora do projeto de extensão Educação Descolonizadora, do grupo de pesquisa GEAF-CNPq e ex-orientanda da professora Talita Vidal. Como debatedora do tema, desenvolvo este relato destacando os aspectos que julgo importantes, sem desconsiderar as dificuldades de expor em palavras a potência do que foi o encontro.

## **Mulheres na Ciência: currículo e desconstrução multiculturalista**

A professora Talita Vidal inicia sua fala questionando o tipo de Ciência que é pensado pelas pessoas quando se fala que uma mulher ocupa esse lugar e aponta que normalmente se pensa nas Ciências Humanas.

A baixa participação das mulheres nas ciências tem sido uma temática recorrente nas mídias e geralmente discute-se tal baixa participação nas “grandes” ciências, nas ciências ditas “duras”, porque as mulheres têm participação efetiva nas ciências humanas. Enxergamos aí uma dupla discriminação, com mais mulheres nas ciências humanas porque estas seriam “menos ciência”.

Esse pensamento de inferioridade é uma construção da estrutura machista que direciona o lugar que mulheres devem



ocupar na sociedade e na ciência não seria diferente. Essa reprodução é vista e põe em questão a desqualificação das Ciências Humanas. Ainda ressalta a importante contribuição das Ciências Humanísticas para a compreensão do funcionamento do mundo, ponderando as discussões sobre racismo e machismo estrutural, questões indígenas e culturais.

Seguindo o diálogo sobre a presença do machismo em seu caminho de pesquisadora e profissional, relata sua trajetória acadêmica que inicia com a entrada na graduação de engenharia química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um ambiente muito elitizado, no qual sua condição de mulher não era um fator de discriminação e sim sua condição econômica. Os espaços que ocupou como docente na educação básica no estado e município do Rio de Janeiro tinham a presença majoritária de mulheres. No ensino superior, o machismo se fez presente muito mais na instituição privada do que na pública, devido à comparação que os profissionais faziam entre os cursos, uma discussão histórica e social de privilégio que certas profissões ocupam.

Sobre multiculturalismo e desconstrução, Talita Vidal alerta que a desconstrução não é um método e não pode ser transformada num método. Trata-se mais de uma postura que tem como pressuposto a compreensão de Derrida de que as palavras não têm a capacidade de expressar tudo aquilo que queremos exprimir com elas. Ou seja, as palavras e os conceitos não comunicam o que prometem, por isso o autor afirma a impossibilidade de fechamento de qualquer significação. Sempre existirão lacunas na escrita e na fala, o que abre possibilidade de serem sempre

modificadas, pois são sempre incompletas. É essa incompletude que abre caminho para a desconstrução. É essa incompletude da linguagem que abre possibilidades para diferentes interpretações sobre o mundo e os fenômenos sociais, e com isso os sentidos e significados das coisas são postos em disputas. Esse debate é importante para pensarmos o trabalho que o GEAFF vem articulando em suas pesquisas sobre os sentidos que são produzidos por grupos subalternos ao reivindicarem sua existência e permanência nos espaços de disputas políticas e sociais.

A compreensão de cultura como algo que não é fixo e que está em constante movimento, em fluxo (HALL, 1997), e a compreensão de currículo como espaçotempo de fronteira cultural (MACEDO, 2006a), que se realiza em meio a processos de negociação e tradução de sentidos que proliferam em contextos marcados pela ambivalência dos pertencimentos identitários (MACEDO, 2006b), são embasamentos utilizados pela convidada, que opera com a ideia de diferença em suas pesquisas.

A autora assume o conceito de diferença para pensar esses processos de negociação e tradução a partir da compreensão de que o multiculturalismo opera na lógica de diferença como marca, que expressa concepções essencializadas de diferença, uma marca que hierarquiza, desqualifica e torna o diferente uma ameaça. E por isso, a ideia de desconstrução proposta por Derrida (2005) traz para o debate outra possibilidade de encarar a diferença.

Em síntese, a convidada proporcionou reflexões para que repensemos nossas ações e atitudes na construção de um mundo melhor, seja no espaço da instituição escolar e acadêmica ou da militância política e partidária, que sejamos vigilantes e

encaremos essa construção como devir, como um movimento permanente de mudança.

## REFERÊNCIAS

DERRIDA, J. Notas sobre desconstrucción y pragmatismo. In: MOUFFE, C. (Org.). **Desconstrucción y Pragmatismo**. Buenos Aires: Paidós, 2005, p. 151-170.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n.2, p. 15-46, 1997.

MACEDO, E. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p.285-296, 2006a.

MACEDO, E. Por uma política da diferença. **Cadernos de Pesquisa**. v. 36, n. 128, p.327-356, 2006b.



## JONGO E EDUCAÇÃO

Aryana Colombo/UERJ <sup>8</sup>

Lizza Dias/Grupo Caboclinhas <sup>9</sup>

**D**evido à pandemia de Covid-19, as universidades e instituições escolares precisaram se reinventar. Com isso, apropriaram-se de diversos meios de comunicação para divulgar as pesquisas científicas e partilhar saberes entre docentes e discentes. Desse modo, há uma urgência no debate sobre a ocupação de novos espaços para além dos muros da escola e das universidades e nesse sentido, o Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq) investiga outros saberes e educações possíveis.

Este artigo aborda o relato da experiência de uma transmissão ao vivo nas mídias sociais, do projeto de extensão Educação Descolonizadora, com o tema “Jongo e Educação”, no Seminário Internacional do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq). O tema do Seminário evidenciou o papel das Mulheres nas Ciências e na desconstrução de saberes,

---

<sup>8</sup> Pedagoga pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB). Pesquisadora do projeto Educação Descolonizadora e do grupo de pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq).

<sup>9</sup> Musicista e Educadora Popular, fundadora do grupo Caboclinhas de Jongo e Cultura. Atua no Brasil e na Argentina.

na quebra de paradigmas, nos estereótipos e na inclusão de outras formas de discursos, com a presença de pesquisadoras que atuam na área da Educação para debater questões que ainda vigoram na sociedade brasileira: o racismo e o sexismo.

A quarta transmissão ao vivo deste Seminário Internacional, cujo tema foi “Jongo e Educação”, sob a perspectiva de uma educação pela diferença, a educadora popular, musicista, fundadora do grupo Caboclinhas de Jongo e Cultura, Lizza Dias, foi a palestrante convidada. A pesquisadora e debatedora do projeto de extensão Educação Descolonizadora e do GEAF-CNPq, Ar yana Colombo, mestranda do Programa de Mestrado de Ensino da Uerj propôs esse debate para pontuar alguns conceitos como Jongo, Educação e Empoderamento Feminino na cultura popular.

Procurei pontuar o Jongo como uma prática educativa que está “entre” a resistência e a reinvenção através da valorização do discurso da docente, considerando o saber ancestral e a “arte da escuta”.

## **Mulheres na Ciência: jongo e educação**

A educadora Lizza Dias iniciou nossa roda de conversas, destacando o Jongo como uma prática educativa cuja dança, a corporeidade, o tambor e os cânticos são elementos desencadeadores para o desenvolvimento de uma prática educativa, pautada na vivência das oficinas, sob o protagonismo das heroínas e escritoras negras, Carolina de Jesus, Dandara, Teresa Benguela, trabalho que é referendado por meio da Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08 (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008). A docente ressalta a importância

do tema nas escolas e universidades ao incluir esses outros saberes, a partir do Brasil e da América Latina, em especial, a Argentina, no qual atua como artista e professora de cultura popular.

Durante a partilha de saberes, a debatedora destacou o Jongo e respondeu algumas perguntas feitas durante o diálogo sobre a inclusão de mulheres negras e indígenas nas repercussões do mesmo, no combate ao racismo e sexismo ainda presente nas rodas de Jongo e no samba e a importância das mulheres ocuparem novos espaços de poder na política, nas artes, nas ciências humanas e nas ciências exatas (LOPES; MACEDO, 2011).

Na discussão sobre Jongo e Educação, enfatizou a relevância de pensar o Jongo para além do conceito de “cultura popular” ou como uma prática educativa produzida pelos afrodescendentes do Rio de Janeiro, com uma linguagem bantu (SANFILLIPO; FERNANDES, 2018), musicalidade, corporeidade específicas, que resistiram à escravidão, ao racismo e ao sexismo. Ao defender essa proposta, o currículo abrange novas formas de ensinar e novas sociabilidades.

A debatedora e a convidada destacaram a relevância de como uma vivência jogueira permite aos alunos vivenciarem outros saberes, desenvolverem a autoestima, as identidades (HALL, 2002) e a consciência de seu papel na sociedade. Essa discussão é de extrema relevância, para o grupo GEAF que valoriza outros saberes e novas forma de se pensar a escola e a universidade.

## REFERÊNCIAS

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANFILIPPO, L. B.; FERNANDES, Andrea da Paixão. Culturas, educação e corpo em movimento? Potencialidades da Escola. **RevistAleph**, v. 10, p. 378-391, 2018.





## LÉLIA GONZALEZ E O FEMINISMO

Juliana Minervino da Costa/ FEBF - UERJ <sup>10</sup>

Amanda Motta Castro/ FURG <sup>11</sup>

Com a atual crise sanitária, nossas práticas estão sendo reinventadas. Adentramos no mundo tecnológico para que trabalhos e pesquisas continuem servindo como suporte para (des)construções e (in)formações direcionadas à sociedade. Sendo assim, nos adequamos aos mundos on-line e adaptamos o Seminário Internacional Mulheres na Ciência, que até outrora seria presencial, para o ao vivo das redes sociais.

O Seminário é organizado pelo Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF – CNPq), coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielle Bastos Lopes e ofertou sete dias de conferências com palestrantes nacionais e internacionais especializados em suas áreas de fala, sendo temas diferentes, mas que se encontram no campo da descolonização.

---

10 Graduada de Pedagogia pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, campus da UERJ em Duque de Caxias. Pesquisadora do projeto Educação Descolonizadora e do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq).

11 Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU – FURG) e docente do Departamento de Educação da mesma instituição. Doutora em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Educação, licenciada em Pedagogia e Filosofia.

## Educação Descolonizadora está ao vivo

A conferência ocorre no dia 29 de abril de 2021 e se inicia saudando aos que acompanham, com as boas-vindas à Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Amanda Motta e o pedido para que se apresente.

Contudo, antes de continuar discorrendo sobre a participação da professora, destaco a importância e relação da mesma com o tema trazido e o título do evento “Mulheres na Ciência”, pois nesse momento compartilhado, podemos enaltecer mulheres que, apesar do contexto político, continuam fazendo Ciência, lutando contra o sucateamento que vem sendo direcionado à educação pública, e mais pesquisadoras que tornam visíveis tantas outras mulheres que foram e são invisibilizadas das histórias e dos livros do nosso país.

Voltando à conferência, Amanda Motta se apresenta como professora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no Rio Grande do Sul, e logo de início engrandece Lélia Gonzalez e a importância dela na sua vida e para o Brasil, como uma intelectual e intérprete que precisa ser mais estudada. Professora Amanda conta seu percurso acadêmico que aconteceu concomitante ao trabalho, relata a dificuldade na formação pela falta da política de ações afirmativas, a falta de pessoas negras em sala de aula e discorre também sobre o seu doutorado, em parte, realizado no México. Além de evidenciar a satisfação de ser professora de um programa de pós-graduação e poder contribuir com a formação de tantos por meio de debates acerca das questões de gênero, raça e classe.

Pergunto como ela se encontrou no tema “Lélia Gonzalez” e Amanda responde que foi através das leituras, porém, ressalta

que só em 2018 foi lançado - Lélia Gonzalez – Primavera para as Rosas Negras – o primeiro livro que sistematiza os conceitos desta autora, tornando-os mais acessíveis. Posto isso, sua dedicação direcionada a leituras das obras da autora aumenta e cria-se o Grupo Lélia Gonzalez – que também está nas redes sociais, com o objetivo de continuar disseminando as ideias da autora por meio das redes e grupos de orientação.

## Lélia e o Feminismo

Quase na metade do evento, peço que a professora discorra sobre a importância de Lélia como mulher, militante, como uma das fundadoras do movimento negro unificado (MNU) e o reflexo dessa luta na atualidade. De forma leve e instigante, Amanda Motta conta a trajetória da pensadora, nascida em Minas Gerais e que migra para o Rio de Janeiro com a família, acompanhando o irmão, que era jogador de futebol. Filha de pai ferroviário e mãe doméstica, cuja patroa interveio na possibilidade de estudo, Lélia torna-se poliglota – mais tarde viria a traduzir livros franceses de Filosofia e, posteriormente, acessar a Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - se forma em História, Geografia e, logo após, inicia o mestrado.

Contrapondo a sua vivência com o conceito de democracia racial defendida por Freyre (1993), após 2003, ao sofrer racismo por parte da família de seu marido, Lélia entende que não se nasce negro e sim, torna-se negro (GONZALEZ, 1988). Com afincos, Lélia se dedica a uma militância importante em

vários aspectos: passa pelo período de ditadura militar de forma corajosa, escrevendo seu próprio dossiê, torna-se suplente de Benedita da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sendo este fato bastante significativo por ser um mandato de duas mulheres negras na década de 1980. Foi a primeira mulher negra a sair do Brasil e a viajar à Europa e África para discutir sobre ser mulher negra no Brasil e compôs o grupo que fundou o Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo. A partir desse momento, para além das questões de classe e raça, Lélia (2015) começa a lutar pelo feminismo, levando em conta as atitudes dos homens para com as mulheres e parceiras do próprio MNU.

Se encaminhando para o fim do evento, faço mais duas perguntas para Amanda: qual seria a relação entre feminismo e docência no espaço de ensino formal e de acordo com sua vivência no México, qual sua percepção internacional do feminismo e da figura da mulher?

Amanda salienta a importância do feminismo não só para as mulheres, mas para a sociedade em geral, tendo em vista que o movimento tem a intenção de tornar a sociedade melhor, mais igualitária e justa. Por fim, ela explica que no México, as questões de mulher e gênero estão muito mais centradas nas mãos delas, diferentemente do Brasil, onde homens querem ter o poder de decisão sobre as vidas e os corpos femininos.

Encerramos a conferência com a certeza de que as contribuições deixadas por Lélia devem ser propagadas cada vez mais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. Altera a Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 10 mar., 2008.

BRASIL. Lei Federal n° 10.639, de 09 de Janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 09 jan.,2008.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

GONZALEZ, L. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, ano 2, n. 5, p. 2, 1988.

GONZALEZ, L. **Jornal do MNU**. São Paulo, 2015. Disponível em <<https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/6204/lelia-gonzalez--uma-mulher-de-luta> >. Acesso em: 5 mai. 2021.



## MEMÓRIAS DE UM PROFESSOR E MUNDOS INDÍGENAS

Danielle Bastos Lopes /UERJ<sup>12</sup>

José Ribamar Bessa Freire/UNIRIO<sup>13</sup>

Ana Paula Silva/UNIRIO<sup>14</sup>

**A**s memórias do professor José Bessa Freire se confundem à história da Educação Indígena no campo brasileiro, tanto quanto dos momentos relevantes e dissidentes da política indigenista. Nesta conferência, na ocasião do Seminário Internacional do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq), o autor relembra suas impressões políticas e acontecimentos históricos da sua trajetória de vida.

José Bessa escreveu, organizou e co-organizou vários livros, entre os quais “Rio Babel - a história das línguas na Amazônia” (2011), “Políticas de línguas no novo mundo” (2012), “Essa Manaus que se vai” (2012), “Línguas Gerais - Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período

---

12 Professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS-UNIRIO). Coordena o Programa de Estudos dos Povos Indígenas (PROÍNDIO/UERJ) e o Laboratório de Pesquisas em Oralidade (Laboral/UNIRIO). Mantém coluna semanal em jornais do Amazonas desde 1984 aos dias de hoje ([www.taquiprati.com.br](http://www.taquiprati.com.br)).

13 Professora do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB) e docente adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Educação e Mestre em História Social pela UERJ. Pesquisadora coordenadora do projeto Educação Descolonizadora e do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq).



Colonial” (2003), “Os Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro” (2009), além de capítulos de livros e artigos em revistas especializadas no Brasil, na América Latina e em outros continentes (FREIRE; SILVA, 2019).

O autor participou de organizações contrárias ao período de ditadura militar brasileiro (1964-1986), exilou-se com Darcy Ribeiro e Thiago de Mello nos períodos do fechamento político, criou o PT Amazonas e o jornal Porantim, periódico convergente na frente indigenista, durante as décadas de 1970 a 1980.

## O Porantim

O periódico Porantim<sup>15</sup> cobriu não só a criação do movimento indígena, como todos os acontecimentos ocorridos no período Constituinte. Foi inaugurado em dezembro de 1976, quando José Ribamar Bessa Freire (fundador e editor do periódico) retornava ao Brasil, depois de quase oito anos de exílio passados no Uruguai, Peru e Chile.

---

14 Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS-UNIRIO), onde obteve o diploma de mestrado em Memória Social. Licenciada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente é pesquisadora associada do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROÍNDIO/UERJ).

15 O Porantim foi custeado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), mantido por padres e missionários da Teologia da Libertação encarnados sobre o preceito da “missão calada”. Ver: BASTOS LOPES (2017).

Mesmo afastado, o jornalista e professor universitário continuou seus trabalhos acadêmicos atuando como pesquisador no Ministério da Educação no Peru, lecionando na Pontifícia Universidad Católica e Universidad Nacional de Educación no país, entre outras instituições (BASTOS LOPES, 2017; FREIRE, 2009).

Na ocasião, o autor, que já mantinha relação com os indígenas amazonistas, conheceu o antropólogo Darcy Ribeiro, também em exílio. Regressando a sua terra natal, Manaus, após um ano de regresso, Bessa foi convidado por Darcy para a palestra de pré-inauguração da Regional Norte do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em Manaus. A partir do encontro, o antropólogo apresentou-o ao então presidente do CIMI, D. Tomaz Balduino e D. Pedro Casaldáliga, membros fundadores da instituição e na oportunidade da reunião, o jornal foi fundado. O periódico tornou-se o órgão de imprensa para informação, divulgação e denúncia do CIMI e era um dos únicos da época que realizava frente contrária às informações estigmatizadas pela grande imprensa.

Na conferência, José Bessa conta que seu início foi embrionariamente artesanal, com impressões mimeografadas. Atinjam somente a região Amazônica, mas a partir de sua oitava edição, com o contato do CIMI com outros estados e a possibilidade de modernização nas formas de impressão, o Porantim inicia sua divulgação sobre os acontecimentos sucedidos às populações indígenas em todo o território nacional.

Foi sendo gerada uma vasta rede de correspondentes espalhadas pelas aldeias do Brasil que “abasteciam o jornal com notas redigidas até em papel de embrulho, nas quais frequentemente o lead vinha no final. O trabalho da redação nesses casos era o de “cozinhar” o material recebido, dando-lhe tratamento jornalístico” (BESSA FREIRE, entrevista concedida à autora em junho de 2011).

Nesse contexto a favor das agendas pela autonomia indígena, o que trazia consigo a representação dos povos a partir de suas próprias lideranças, acabaram sendo criadas as “Assembleias Indígenas do CIMI”. As organizações reuniam povos de diferentes estados brasileiros para encontros que discutiam desde os problemas locais de cada aldeia, até questões mais amplas e genéricas, como o reconhecimento da diversidade, posse de terras, insatisfação com a política tutelar e outras agendas.

## **A fundação do PT Amazonas**

O destaque em relação ao PT (Partido dos Trabalhadores) nesse sentido, interessa não só por sua historiografia marcada pela resistência no combate à ditadura, mas também por ter sido um dos primeiros a trazer a questão indígena pelo documento “A Questão Indígena Brasileira”, datado de 1980, redigido pelo conferencista.

Ainda no ano de fundação do partido, o “Cadernos do PT” (1980) trazia uma proposta diferenciada em relação aos parlamentares e militantes de esquerda. O documento era inovador, uma vez que até então, as próprias Constituições federais cediam poucas linhas sobre o assunto. Quando perguntado sobre as disputas internas ou os conflitos de interesse dentro do partido José Bessa afirmou:

“Havia nesse grupo que formava o PT, muita harmonia não só do Amazonas, mas de outros estados e apesar de nem todos terem os mesmos acessos às informações, não havia um clima conflituoso, pois, o movimento unia-se em torno de um inimigo em comum: o Estado. O nosso *slogan* era “PT, o partido sem patrão”. E assim eu escrevi o documento, levei para votação e foi muito bem aceito na sede do PT em São Paulo. Não tínhamos a ruptura dentro do partido como agora, pois estávamos fora do governo, fora do Estado e com um inimigo delimitado e comum a todos nós.”

Escrito sobre a característica de informe, o documento foi produzido pela Comissão Diretora Regional Provisória do Amazonas. A Comissão Regional ainda na época “provisória” do PT tinha como membros: José Ribamar Bessa Freire (Presidente), Marcio Gonçalves Bento de Souza (vice-presidente) e mais nove membros e três suplentes. De acordo com o presidente da comissão, “seus membros já tinham anteriormente uma atividade política em relação à militância indígena, sempre envolvidos e denunciando através dos jornais e da mídia em geral”.

Entre as proposições do “Programa de Lutas Imediatas” estavam: a defesa das nacionalidades e minorias étnicas; a união da luta dos trabalhadores do campo e da cidade à luta dos povos indígenas; a defesa do direito de livre reunião e associação para os povos indígenas; a urgente demarcação das terras indígenas; o direito de cada nação indígena em receber uma educação bi-cultural em sua própria língua, usando o português como segundo idioma, entre outras apropriações.

Assim, José Bessa encerrou a conferência e re-narração das suas memórias, destacando os direitos indígenas nos anos 1980 e denunciando a revogação de muitos destes na gestão presidencial de 2015 a 2021. A entrevista e seus itinerários formativos reúnem uma série de momentos históricos da política brasileira. Sua extensa biografia e obras misturam-se às memórias do movimento indígena e da agência indigenista.

## REFERÊNCIAS

BASTOS LOPES, D. A presença do invisível na Assembléia Nacional Constituinte: um estudo sobre a participação indígena (1987-1988). **História Revista**, v. 22, n. 1, p. 71–87, 2017.

CADERNOS DO PT. A Questão Indígena Brasileira. **Partido dos Trabalhadores**. Manaus: Comissão Regional Provisória do Amazonas, 1980.

FREIRE, J. R. B.; SILVA, A. P. da. Dez anos depois: o voo do passarinho, a sabedoria do beija-flor. **Cadernos CEDES (UNICAMP) Impresso**, v. 39, p. 297-319, 2019.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Uma Constituição Legal para os índios? In: VERSIANI, M.H; MACIEL, I.; SANTOS, N.M. (orgs.). **Cidadania em Debate**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2009.



## INFANCIA Y TRABAJO INFANTIL

Danielle Bastos Lopes/UERJ <sup>15</sup>

Cecilia Zsögön/ UBA <sup>16</sup>

**E**l Seminario, Mujeres en la Ciencia, del grupo de investigación brasileño Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF – CNPq) tuvo lugar en mayo del 2021 en la universidad del Estado del Rio de Janeiro en el contexto pandémico. Las profesoras investigadoras Danielle Bastos Lopes y María Cecilia Zsögön debatieron la Covid y sus implicaciones para las sociedades latinoamericanas.

Cecilia estudia la infancia y el trabajo infantil construyendo el concepto de múltiples infancias y múltiples concepciones de trabajo. Realizó trabajo de campo para su doctorado en la Región de la Triple Frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay,

---

15 Cecilia Zsögön es Licenciada en Sociología, Especialista en gestión social y Magister en política social por la Universidad Nacional de Cuyo en Mendoza, Argentina y Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires. Realizó su doctorado y posdoctorado con becas del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina (CONICET). Se desempeñó como profesora e investigadora en la Universidad de Buenos Aires y en la Universidad Nacional de Misiones. Realizó estadías de investigación en la Universidad de Coimbra en Portugal y en la Academia Pedagógica de Varsovia, Polonia.

16 Professora do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB) e docente adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Educação e Mestre em História Social pela UERJ. Pesquisadora coordenadora do projeto Educação Descolonizadora e do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq).



investigando la situación y percepciones de niños y niñas que viven y trabajan en las más extremas condiciones de pobreza y exclusión. La Triple Frontera es la región principalmente integrada por las ciudades de Foz de Iguazú en Brasil, Ciudad del Este en Paraguay y Puerto Iguazú en Argentina, si bien también abarca amplias áreas rurales.

La autora (2017, 2018a, 2018b) analiza que uno de los desafíos para la política social es trascender el ámbito nacional para actuar en un plano transnacional, escala necesaria para abordar la realidad de la población en una región profundamente interconectada. Todavía, la política social continúa anclada en una mirada asistencialista que considera a los sujetos como meros receptores de la ayuda estatal y no como sujetos de derechos y agencias (ZSÖGÖN, 2018a). Por lo tanto, las políticas siguen ancladas en un enfoque asistencialista que no logra revertir -las.

Así, debería haber políticas ligadas al anclaje territorial y a la forma en que el contexto habilita dinámicas que requieren formas de abordaje diferenciados para incidir en la trama social de los contextos transfronterizos. En la región, miles de personas, incluidas niñas y niños, son víctimas de trata y tráfico con fines de explotación sexual o laboral. Un escenario complejo, multicultural y altamente dinámico al impacto de las políticas.

Analiza la operatividad de los derechos del niño en instrumento de exigibilidad que podría ser recreado por medio de las políticas sociales, trascendiendo el formalismo que ha caracterizado a los tratados de derechos humanos en las regiones empobrecidas del mundo.

En segundo lugar, Cecilia señala las dificultades del Estado para alcanzar los espacios por fuera de los mecanismos de socialización tradicionales tales como la familia y la escuela, y por último, la persistencia de acciones ancladas en el nivel nacional sin atender al carácter fronterizo de la región, que requeriría acciones plenamente articuladas en un nivel transnacional (ZSÖGÖN, 2017, 2018b).

En resumen, los límites y las fronteras son las estructuras elementales de la organización de los sistemas espaciales, pero en la dinámica territorial de los estados modernos, la frontera es también una construcción social que produce diferencias y conflictos.

## REFERÊNCIAS

ZSÖGÖN, M. C. Las formas del trabajo infantil en la región de la triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay. **Revista Brasileira de Estudos Turísticos**, v.8, n.3, p.47-58, 2018a.

ZSÖGÖN, M. C. Reflexiones sobre la construcción del objeto de estudio: el trabajo infantil en la triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v.6, n.9, p. 470-492, 2018b.

ZSÖGÖN, M. C. Reflexiones sobre el trabajo infantil en América Latina: entre el eurocentrismo y el póscolonialismo. **Revista Sures**, n.10, p.94-106, 2017.



## CONFERENCISTAS E DEBATEDORES

### AMANDA MOTTA CASTRO



Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Mestre em Educação pela mesma universidade. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU–

FURG) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Oeste da Bahia (PPGCHS–UFOB). Pedagoga pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (FAFIMC).

### ANA PAULA SILVA



Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS–UNIRIO), onde obteve o diploma de Mestrado em Memória Social. Licenciada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Atualmente é pesquisadora associada do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROÍNDIO/UERJ), onde atua como formadora na Ação Saberes Indígenas na Escola (Núcleo UFMG-UERJ) e pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Oralidade (Laboral/UNIRIO).



### **ARYANA MARIA COLOMBO DE SOUZA**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB-UERJ). Pedagoga pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Pesquisadora do projeto Educação Descolonizadora e do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq).



### **CATARINA MOREIRA**

Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Educação pela mesma universidade. Pedagoga pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro

do grupo de Estudos em História do Currículo (GEHC), do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE-UFMA) e do Bando de Estudos e Pesquisas em Currículo Ética e Diferença (Bafó!-UFRJ).



### **DANIELLE BASTOS LOPES**

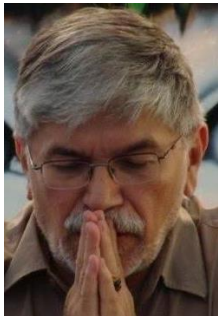
Doutora em Educação (PROPED–UERJ), Mestre em História Social (PPGHS–UERJ) e pedagoga pela mesma universidade. Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro pelo Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap–UERJ) e do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB–UERJ). Coordenadora do projeto Educação Descolonizadora e do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF–CNPq).

gues da Silveira (Cap–UERJ) e do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB–UERJ). Coordenadora do projeto Educação Descolonizadora e do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF–CNPq).



### **GABRIEL DE CARVALHO GOMES**

Graduando de Pedagogia pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, campus da UERJ em Duque de Caxias. Pesquisador do projeto Educação Descolonizadora e do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF–CNPq).



### **JOSÉ RIBAMAR BESSA FREIRE**

Doutor em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, na França. Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal

do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas (PROÍNDIO–UERJ) e o Laboratório de Pesquisas em Oralidade (Laboral–UNIRIO).



### **JULIANA MINERVINO DA COSTA**

Graduanda de Pedagogia pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, campus da UERJ em Duque de Caxias. Pesquisadora do projeto Educação Descolonizadora e do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF–CNPq).



## **JULIANA RIOS LUIZ**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB-UERJ). Pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Candomblecista e pesquisadora do projeto Educação Descolonizadora e do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq).



## **LIZZA DIAS**

Musicista e Educadora Popular, fundadora do grupo Caboclinhas de Jongo e Cultura. Atua no Brasil e na Argentina.





### **MARIA CAROLINA NEVES LOPES**

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação (PPGECC-FEBF) e pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp-UFRJ). Pesquisadora do projeto Educação Descolonizadora e do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF-CNPq).



### **MARIA CECILIA ZSÖGÖN**

Bacharel em Sociologia, Especialista em Gestão Social e Mestre em Política Social pela Universidade Nacional de Cuyo, Argentina. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires. Professora e pesquisadora na Universidade de Buenos Aires e na Universidade Nacional de Misiones. Fez estadias de investigação na Universidade de Coimbra, em Portugal, e na Academia Pedagógica de Varsóvia, na Polônia. Publicou 20 artigos e participou como palestrante em várias conferências. Seus temas de interesse estão relacionados à infância, trabalho infantil e formas de violência contra a criança, direitos humanos e políticas sociais em regiões de fronteira.



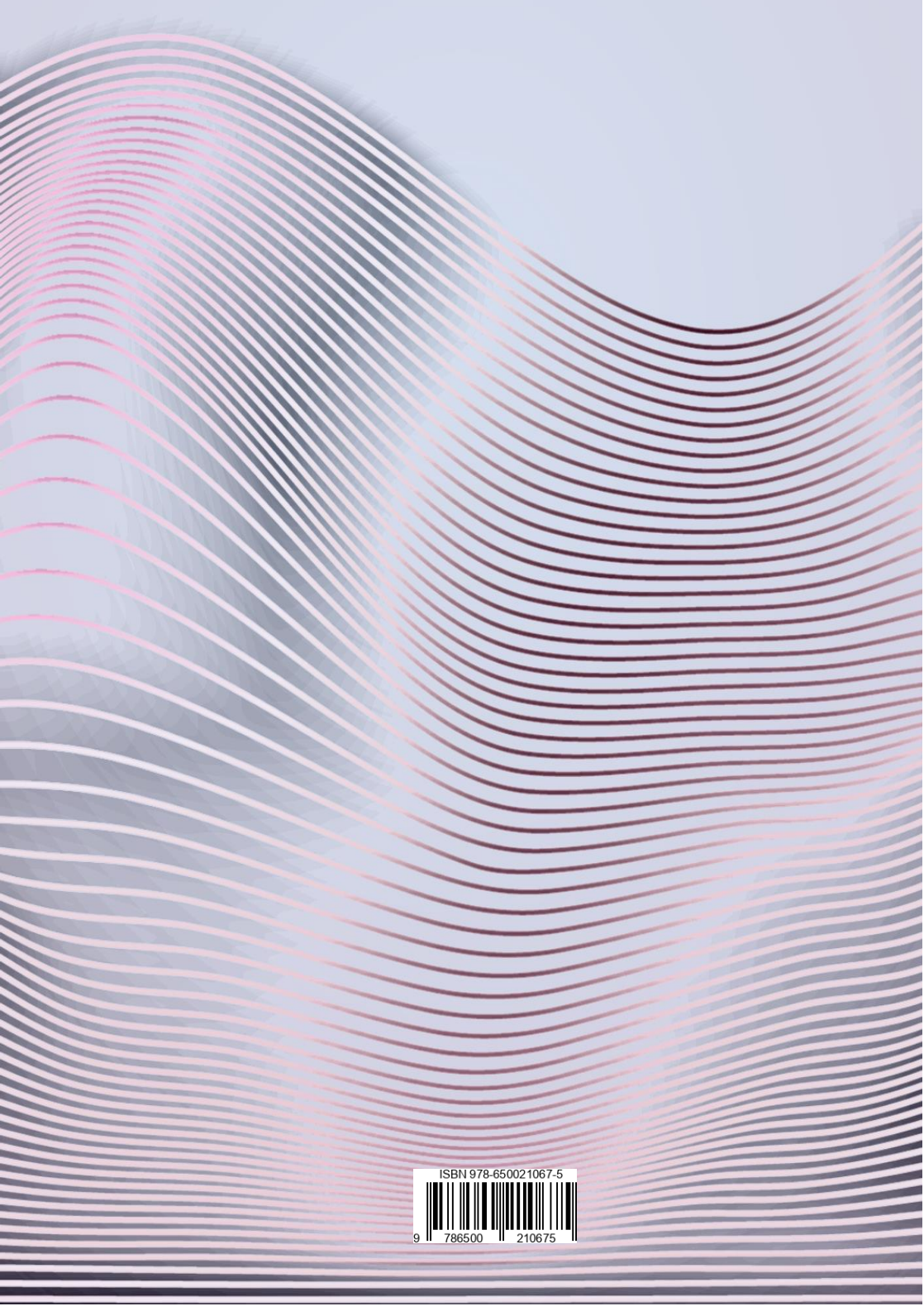
## MARTA FERREIRA

Iakékere Ti Oxum no Candomblé. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED–UERJ). Graduada em História e Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Campo Grande (FFCG). Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora substituta no Departamento de Educação e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM–UFRRJ). Membro do grupo A Cor da Baixada (UERJ–FEBF) e do Grupo de Pesquisa em Educação, Linguagem e Práticas Culturais (PHALA–UNICAMP).



## TALITA VIDAL

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e graduada em Química pela mesma universidade. Docente adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atua nos programas de Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED–UERJ) e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação–PPGECC, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF–UERJ).



ISBN 978-650021067-5



9

786500

210675